

TRADUÇÃO

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A REFERÊNCIA: DAS ABORDAGENS INFORMACIONAIS ÀS ABORDAGENS INTERACIONAIS

Denis APOTHÉLOZ

Simona PEKAREK DOEHLER

Tradução de

Mônica Magalhães CAVALCANTE (UFC)

Tércia Montenegro LEMOS (UFC).

Resumo: O presente fascículo de VERBUM reúne contribuições que tentam renovar os estudos sobre a referência, a anáfora e a dêixis a partir da exploração de dados conversacionais. Este artigo introdutório visa principalmente a situar estes trabalhos na pesquisa atual sobre a referência discursiva. Examinamos, sobre isso, os principais postulados e modelos explicativos que foram produzidos no paradigma qualificado aqui como ‘cognitivo-informacional’. Os aportes principais desses modelos, assim como seus limites, são avaliados e discutidos, notadamente em relação aos dados interativos. Examinamos, em seguida, alguns exemplos que levam a renovar o olhar dedicado à referência no quadro de uma posição interacionista, posição que é a adotada – de modo mais ou menos radical – nas contribuições reunidas neste volume.

Introdução

A questão da referência, entendida como a questão que relaciona a linguagem com o que lhe é exterior (que se chama “representação mental”, “mundo” ou “realidade”) ocupa um lugar central na história do pensamento ocidental. Ela poderia servir de fio condutor para abordar o panorama inteiro da história de certas disciplinas, como a filosofia, a epistemologia, as ciências da linguagem, até a psicologia. Da Antiguidade até nossos dias, com efeito, os posicionamentos e controvérsias neste domínio testemunham uma espantosa continuidade, como nota Nef (1993). Eles se cristalizam em torno de doutrinas que põem em jogo modos específicos de conceber a significação, a relação da linguagem com o mundo e com o pensamento, as atividades

que mobilizam um sistema simbólico e, no final das contas, o próprio conhecimento e seus modos de elaboração.

No domínio da linguística, estes vinte últimos anos têm visto um crescimento importante de trabalhos sobre a referência e a anáfora, sob a influência, principalmente, do desenvolvimento da linguística do discurso e do interesse crescente suscitado pelos modelos cognitivos ou pragmáticos da atividade linguageira¹¹⁵. Primeiramente orientados, muito frequentemente, por uma perspectiva textualizadora, que fazia da segmentação e da sequencialidade textual o principal (senão o único) objeto a ser observado – daí a importância excessiva por longo tempo creditada à noção de antecedente -, estes trabalhos, em seguida, deram preferência a concepções mais ‘representacionistas’ dos processos referenciais e anafóricos, pondo destaque em seus mecanismos informacionais, memoriais e inferenciais ligados a esses processos. Esta evolução coincide com uma consideração, hoje mais explícita, da representação mental construída pelo (e a partir do) discurso, pelas circunstâncias da enunciação e pelos saberes dos participantes. Ela não está, sem dúvida, sem relação com as críticas feitas à doutrina do fechamento do texto, doutrina que, sabemos, a liga com o pensamento estruturalista clássico.

Examinemos rapidamente dois exemplos que fazem ver as razões desta evolução:

(1) **Le nouveau ministre** n’est pás venu à la réception. On dit qu’**elle** était malade. (in Tasmowski-de Ryck & Verluyten, 1985; discutido por Kleiber, 1990b, 40).

O novo ministro não veio à recepção. Dizem que **ela** está doente.

(2) Drame de l’alcool [= titre]

Ils buvaient beaucoup et se disputaient autant. Mais vendredi soir, **il** a saisi um foulard et il l’a étranglée. (Presse, 1992, texte integral, annonce première page)

Drama do álcool [= título]

Eles bebiam muito e reclamavam também. Mas, sexta-feira à noite, **ele** pegou um lenço de seda e **a** estrangulou.

¹¹⁵ Trabalhos com os quais a presente revista faz eco em parte. Ver, em particular, os fascículos 13/1-2, 1990 (*L’anaphore associative*); 19/1-2, 1997 (*Référence et anaphore*); 22/1, 2000 (*Référence discursive et accessibilité cognitive*); 22/4, 2000 (*Référence (pro-)nominale plurielle: aspects linguistiques et psycholinguistiques*).

O primeiro é um caso clássico de não concordância morfossintática entre uma expressão anafórica (*elle*) e um “antecedente” (*le nouveau ministre*). O segundo é um caso de anáfora pronominal associativa; *il* e *l’(la)* designam, respectivamente, o homem e a mulher do casal que está em questão neste curto texto¹¹⁶. Estas duas sequências põem em jogo os saberes empíricos dos locutores e atestam claramente a impossibilidade de definir os processos anafóricos sob a base de propriedades puramente textuais. Assim, em (1), o que permite ligar a referência de *elle* à expressão *le premier ministre* não são as restrições linguísticas (relativas à concordância de gênero), mas a representação mental do primeiro ministro como mulher ou como homem, representação que o anafórico pode eventualmente levar a rever¹¹⁷. Em (2), os referentes de *il* e de *l’* são recuperáveis, “calculáveis” graças a nosso saber sobre o mundo, mas também à nossa experiência do que é um *fait divers* e do modo como a imprensa relata tais fatos, saber e experiência que nos permitem associar “drame de l’alcool” a “couple” (ou aceitar sem dificuldade este tipo de associação) e ainda inferir disso a existência de um homem e de uma mulher (ou aceitar, retrospectivamente, interpretar *ils* como remetendo aos dois membros de um casal heterossexual). Vemos imediatamente que qualquer modelo que não reservasse um lugar importante às representações e às atividades inferenciais que estão subjacentes à atividade do discurso seria inapto a levar em conta este tipo de encadeamento discursivo, tanto na compreensão quanto na produção.

Estas são as observações que têm levado a redefinir o funcionamento dos processos referenciais, redefinição que se expressa por diversas etiquetas, como as de *memória discursiva* (BERRENDONNER E REICHLER-BÉGUELIN, 1989), de *modelo*

¹¹⁶ Voltamos um pouco mais longe ao segundo desses exemplos. Para os dados empíricos e para uma discussão sobre o tipo de anáfora, ver também Apothéloz e Reichler-Béguelin (1990), assim como Gundel; Hedberg; Zacharski (2000). Estes últimos autores consideram que as anáforas associativas pronominais levam o interlocutor a uma “acomodação”, quer dizer, um tipo de reparo. Em nosso exemplo, o reparo é duplo porque, depois de ter compreendido que os pronomes masculino e feminino designam os membros de um casal, estabelece-se, em seguida, que o pronome plural *elles* designa essas mesmas pessoas! Para uma visão extensiva do fenômeno das anáforas associativas em geral, e para uma discussão das diferentes concepções em presença, ver Kleiber (2001).

¹¹⁷ Este exemplo mostra que o processo de designação e de categorização não é realizado apenas pela menção do referente, e que este último pode ser especificado ou reinterpretado de modo retrospectivo em uma menção posterior. No presente caso, o enunciado é perfeitamente interpretável mesmo fora de contexto, quer dizer, mesmo se o destinatário não sabe se o primeiro ministro é um homem ou uma mulher. O pronome feminino da segunda menção esclarece este ponto sem implicar a menor ambiguidade ao nível da correferência das duas expressões referenciais. Este tipo de observação, assim como o exemplo (2), sugere que o emprego de um pronome pessoal não pressupõe de modo algum que o destinatário já tenha em seu espírito o referente a que visa este pronome, mas apenas que ele tem a possibilidade de alcançá-lo (cf. KLEIBER, 1990b, 43; LAMBRECHT, 1994).

do discurso (CORNISH, 1987), de *memória episódica* (GIVÓN, 1995), de *lembrança discursiva* (GELUYKEN, aqui mesmo), e de outras expressões do mesmo tipo, fazendo geralmente alusão, de um lado, ao discurso; de outro, à de memória. Essas expressões indicam que os processos referenciais não podem ser reduzidos nem à ocorrência ou à co-ocorrência de segmentos linguísticos em um texto, nem às estruturas semânticas dele, muito menos às restrições relevantes do sistema linguístico; eles se ancoram no saber (partilhado) do destinador e do destinatário elaborado sobre a base do texto, do contexto e de conhecimentos socioculturais mais amplos (CHAFE, 1987, 1994; GIVÓN, 1979, 1992, 1995; PRINCE, 1981; REICHLER-BÉGUELIN, 1988; BERRENDONNER, 1994, dentre outros). Segundo esta perspectiva, os processos referenciais são, então, ancorados nas representações mentais dos interlocutores e põem em jogo, necessariamente, mecanismos inferenciais complexos. É por isso que sua descrição e sua compreensão não podem fazer economia da dimensão pragmática.

Todavia, a despeito de seu aporte frequentemente considerável, muitos desses trabalhos têm sido conduzidos dentro de uma perspectiva que se caracteriza por três limitações principais:

- (i) Apoiam-se em dados que são quase sempre monológicos;
- (ii) só aceitam um papel muito marginal para a atividade discursiva em sua dimensão situacional, social e interacional;
- (iii) enfim, os dados escritos exercem, nisso, um papel preponderante.

Uma das hipóteses da presente publicação é que essas limitações terminam mascarando os funcionamentos por vezes correntes no exercício cotidiano da fala ordinária, e correm o risco, assim, de dar aos fatos languageiros uma representação deformada¹¹⁸.

Contudo, assistimos, depois de alguns anos, a uma renovação da problemática da referência, sob a influência de correntes que dedicam mais atenção às interações sociais “situadas” e que buscam sistematicamente integrar à sua problemática dimensões situacionais, sociais e praxeológicas das atividades languageiras. Mesmo reconhecendo o aporte de trabalhos anteriores, e mesmo prolongando algumas das aquisições das abordagens funcionais da referência, as pesquisas que se inscrevem nestas correntes permitiram pôr em evidência diversos fenômenos que haviam escapado às abordagens

anteriores. Retrospectivamente, elas mostram quais podem ser os limites de uma linguística “de escritório”, trabalhando sobre exemplos forjados, neutralizando os parâmetros contextuais e colocando no centro de sua prática de pesquisa uma confiança absoluta na introspecção e nas intuições de aceitabilidade¹¹⁹. Em contraste também, elas revelam a ambivalência da relação que uma parte da linguística mantém face aos dados que se desviam da norma, e a contradição que existe em se declarar uma disciplina descritiva e, neste sentido, científica, mesmo desqualificando esses fatos de linguagem - que são, contudo, correntes - só porque eles procedem de desfuncionamentos (cf. REICHLER-BÉGUELIN, 1993; SCHEGLOFF, 1996). Desta prática, resulta uma seleção de observáveis eminentemente falíveis por duas razões pelo menos: de um lado, porque dá à língua e a seus usos uma imagem muito marcada sociolinguisticamente; de outro, porque, como nota Reichler-Béguelin (1993), isso leva a confundir em uma mesma exclusão monstros manufaturais, que nenhum observador jamais encontra (a não ser, justamente, nas obras de linguística, em que eles são fabricados por necessidades de demonstração), e formulações regularmente produzidas e que o são apenas – temos desejado dizer - para a satisfação de seus usuários¹²⁰.

O presente fascículo de *VERBUM* tem, precisamente, por objetivo reunir algumas contribuições que participem de uma renovação da problemática da referência. Essas contribuições têm em comum apoiarem-se nos dados linguageiros produzidos no curso das interações face-a-face. Elas partem do princípio de que os processos de produção e de interpretação das marcas da referência, da anáfora, da dêixis e da topicalização são fundamentalmente articuladas à dinâmica da interação. De modo geral, essas contribuições têm em comum partilhar de uma ou de várias das teses seguintes, inspiradas em um título ou outro da análise da conversação etnometodológica:

1. Primeiro, trata-se de levar a sério o fato de que não há designação que não seja situada em um quadro sempre interacional, praxeológico e social. Não basta, por

¹¹⁸ O risco é, então, a circularidade da relação entre os modelos e os dados, os primeiros legitimando os segundos e estes só sendo reconhecidos como válidos e, portanto, “aceitáveis” na medida em que estão em conformidade ao que prevêm os primeiros!

¹¹⁹ Para uma crítica, ver, por exemplo, Cornish (1999).

¹²⁰ Num outro estudo, Reichler-Béguelin (1997) mostra todo o interesse que poderia ter para isso projetar sobre os funcionamentos referenciais uma perspectiva variacionista, perspectiva tradicionalmente restrita aos domínios da fonologia, da prosódia, do léxico e da morfossintaxe.

isso, introduzir o alocutário no campo das observáveis, nem inserir, a título de fatos auxiliares, alguns elementos do “contexto”; porém, mais que isso, trata-se de considerar que a inteligibilidade das operações de designação, quaisquer que sejam, não pode ser validamente descrita fora da totalidade do quadro da interação. Daí a absoluta necessidade de não dissociar os dados linguageiros do processo comunicativo do qual eles participam, antes de submetê-los à análise ou à avaliação.

2. Os objetos ou entidades em direção aos quais os participantes de uma situação de interação orientam sua atenção, e que constituem, então, os referentes, pelo menos virtuais de suas ações de comunicação, não poderiam ser simplesmente identificados a realidades ontológicas estáveis, que pré-existissem à designação e ficassem de algum modo à espera de serem convocados para um discurso. São, em vez disso, os *produtos* das atividades conduzidas pelos participantes, configurados e reconfigurados através dessas atividades. Esta posição nos parece essencial, na medida em que ela permite evitar as aporias às quais levam inevitavelmente toda “discretização” e toda reificação excessiva da noção de referente¹²¹.

3. Uma das constantes de nossa tradição lógico-filosófica é a de conceber a referência como a manifestação de uma intenção, ela própria expressão de um sujeito de consciência; alguns autores chegam mesmo a fazer disso um ato ilocucional inteiro à parte. Contudo, várias observações conduzidas em situação de interação mostram que não é raro que ocorram referentes aparecendo como algo que *emerge* da mecânica conversacional, mais que como o efeito de uma operação de discurso atribuível a tal ou tal enunciador. Tivemos ocasião de ver, repetidas vezes, na presente publicação, que nas conversações comuns a referência, sob seu aspecto de identificação que termina em um objeto, não se dá, muitas vezes, o fato de uma expressão ser produzida num momento determinado por um locutor único, mas de ser o resultado de vários turnos de fala, de modo que ela parece mais um *procedimento* para uma negociação. Em síntese: ela é *acabada colaborativamente*.

4. Esta ideia de que a referência não é sempre causalmente localizável na ocorrência de uma expressão acarreta várias consequências. A mais evidente é a de nos

¹²¹ Estas aporias deram lugar a diversas tomadas de posição e a polêmicas sobre as quais não voltaremos aqui. O leitor interessado nesta questão poderá consultar as publicações seguintes, cuja lista abaixo não é, evidentemente, exaustiva: Mondada e Dubois (1995), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), De Mulder (1995), Kleiber (1997), Charolles (1997, 2001), assim como as contribuições reunidas em De Mulder e Schnedecker (2001).

lembrar os limites de análises que buscam associar univocamente formas e funções. Uma outra, não menos essencial, concerne à noção de contexto. Conceber a referência como um fenômeno procedural ou como um efeito que emerge (ou, pelo menos, conceber que ela poderia tomar uma tal forma) já não permite considerar o contexto como um simples aporte externo de informações que apenas viriam modular o começo e a interpretação dos eventos comunicativos: o contexto se torna aqui propriamente constitutivo dos fenômenos observados.

Como vemos, estas quatro teses implicam um distanciamento das concepções egocêntricas e estáticas da referência em proveito de concepções sociocêntricas e dinâmicas. As novas perspectivas, que repercutem notadamente sobre a anáfora, a dêixis, ou a questão da escolha das expressões referenciais, podem desembocar em posturas teóricas mais ou menos radicais: pôr em causa fatores habitualmente levados em conta, buscar novos fatores (por exemplo, nos mecanismos sócio-interacionais), tentar conceituar a relação entre formas referenciais ou gramaticais e a organização da interação, principalmente em sua dimensão sequencial etc¹²².

Neste artigo introdutório, nosso objetivo é situar as pesquisas no debate dominante atual em matéria de processos referenciais. Passaremos em revista, primeiro, os principais postulados, assim como algumas observações feitas dentro do paradigma que qualificaremos como de “cognitivo-informacional” (item 2). Este paradigma se caracteriza por uma abordagem essencialmente funcional e informacional da linguagem. Tentaremos esclarecer os aportes principais, tanto quanto os limites para o estudo dos dados interativos. Examinaremos, em seguida, alguns exemplos que levam a repensar nossa concepção do funcionamento da referência e, mais especificamente, da anáfora, principalmente no quadro de uma posição interacionista forte (item 3). Esclareceremos, assim, um certo número de questões e de teses que desenham os contornos de uma renovação das perspectivas sobre a referência, da qual participam, cada uma à sua maneira, as contribuições reunidas neste volume. Este artigo introdutório termina com uma rápida apresentação destas contribuições (item 4).

¹²² Tais correntes ou tendências se caracterizam também, como é o caso geralmente em circunstâncias semelhantes, por diversas tentativas de construir uma terminologia. É assim que encontramos cada vez mais frequentemente, no lugar do termo *referência*, expressões como *referenciação*, *processo referencial*, *estratégia referencial*, *dispositivo referencial*, *prática referencial* etc.

O paradigma cognitivo-informacional

No domínio da formulação da referência, um dos problemas que talvez tenha chamado mais atenção dos pesquisadores é compreender quais são os fatores que determinam, ou pelo menos condicionam, a escolha de expressões referenciais. É para rever alguns trabalhos que abordaram esta questão que são consagradas as linhas seguintes.

O estatuto cognitivo dos referentes: escalas de familiaridade e escalas de acessibilidade

Um dos primeiros fatores que foram evocados como condicionantes da formulação da referência é o grau de topicalidade do referente visado. Primeiramente analisado de modo binário, em termos de “referentes novos” e de “referentes dados” (por exemplo, CHAFE, 1976; CLARK e HAVILAND, 1977), este fator deu lugar, em seguida, a diversas tentativas de refinamento, essencialmente em razão do problema que apresentam os referentes inferíveis (quer dizer, aqueles que são novos, mas, no entanto, alcançáveis via inferência, e que dão lugar, em particular, às anáforas ditas associativas ou indiretas). Foi assim que Prince (1981) elaborou uma escala “de familiaridade” que comporta pelo menos sete graus, divididos em três categorias, chamadas de referentes “novos”, “inferíveis” e “evocados”. No grau de familiaridade mais baixo, encontram-se os referentes “inteiramente novos” (*brand new*); no grau de familiaridade mais alto, os referentes “evocados”, quer dizer, presentes na memória dos interlocutores no momento de sua menção, ou porque já foram explicitamente mencionados, ou porque sua presença na situação lhes confere um estatuto de evidência perceptiva. Convém precisar que, para Prince, esses diferentes graus de familiaridade devem ser compreendidos como graus de “suposição”: não se trata, realmente, de descrever, por meio desta escala, quais são os conhecimentos contextuais ou enciclopédicos real e efetivamente partilhados pelos interlocutores, mas apenas aqueles que o locutor apresenta a seu alocutário; porque são eles e somente eles que são suscetíveis de afetar as formulações linguísticas da referência.

Embora a proposta de Prince vise mais a distinguir diferentes estatutos referenciais do que a descrever as formulações da referência, ela convida a explorar a possibilidade de correlacionar sistematicamente os dois domínios. Isto não será superado com os trabalhos de Givón (1983, 1990, 1992), de Chafe (1987, 1994) e, sobretudo, de Ariel (1988, 1990), que propõem, com sua teoria da acessibilidade, um modelo de relações entre as expressões da referência e o estatuto memorial ou cognitivo dos referentes. Em essência, a hipótese que subjaz a essa abordagem é que o locutor, conformando-se a uma racionalidade às vezes informacional e comunicacional, acomoda suas formulações da referência à acessibilidade suposta dos referentes visados pelo destinatário: quanto menos acessível é um referente, maior será o conteúdo descritivo da expressão escolhida para designá-lo; e, inversamente, quanto mais acessível é um referente, menor será o conteúdo descritivo da expressão escolhida para designá-lo. Existe, então, uma relação inversamente proporcional. Os diversos tipos de expressão referencial que a língua põe à nossa disposição podem, então, ser lembrados como um sistema de codificação da acessibilidade dos referentes que estas expressões são passíveis de designar, ou, de outro modo, como marcadores da acessibilidade desses referentes. Descrevem-se, assim, os pronomes clíticos como marcadores de acessibilidade alta, e os SN definidos ou os nomes próprios como marcadores de acessibilidade baixa. Givón (1992) vê, neste funcionamento, um verdadeiro código gramatical e o descreve como um “*princípio de quantidade de código gramatical*”: por sua formatação informacional, a expressão escolhida funciona como um índice capaz de guiar o destinatário na identificação do referente visado.

Segundo Ariel (1988, 1990), quatro fatores principais fazem variar a acessibilidade de um referente num momento determinado do discurso:

1. A distância, temporal ou espacial, que separa a expressão referencial da designação precedente do mesmo referente (que ele tenha tido, para tanto, uma designação precedente). O princípio é que quanto maior é esta distância, menos o referente é acessível.

2. A existência de outros referentes passíveis, para a expressão referencial escolhida, de entrar em competição com o que é visado. O princípio aqui é que, quanto mais houver referentes potenciais para interpretar uma expressão referencial, menos acessível será o referente visado.

3. A saliência do referente, a saber, seu estatuto discursivo ou tópico. Quanto mais saliente um referente, mais acessível ele é.

4. O enquadre ou o espaço ao qual pertence a expressão referencial e ao qual pertence a designação precedente do mesmo referente. A ideia aqui é que o universo construído pelo discurso é constituído geralmente de vários subuniversos, que funcionam como espaços mais ou menos autônomos, podendo ser marcados pela organização em parágrafos ou por qualquer outro sistema que assinala fronteiras entre sequências discursivas homogêneas. Um referente em vias de ser designado, e que já o foi, mas dentro de outro enquadre, é menos acessível do que se já tivesse sido dentro do mesmo espaço. Esses espaços funcionam, então, um pouco como ilhas de acessibilidade.

É importante precisar que o modelo proposto por Ariel, assim como as conceitualizações de Givón (1983, 1992, 1995) e de Chafe (1987, 1994), são estabelecidos pelos estudos empíricos e pelas análises quantitativas, que se baseiam principalmente em *corpus* de textos narrativos formulados em diferentes línguas. O princípio que associa uma verbalização mínima a um alto grau de acessibilidade, e uma verbalização mais explícita a um menor grau de acessibilidade, é considerado como tendo uma validade universal, as línguas variando somente nos recursos linguísticos que elas oferecem para codificar essas diferenças.

Este modelo, assim como outros que se pautam pelo mesmo paradigma, como o da “hierarquia do dado” (GUNDEL; HEDBERG; ZACHARSKI, 1993), repousa sobre uma concepção colaborativa dos processos referenciais e pressupõe, então, uma orientação mútua dos interlocutores. Esta propriedade o predispõe a aplicações a dados interativos, até mesmo a uma abordagem interacionista da referência (cf. CLARK e WILKES-GIBBS, 1986; PEKAREK, 1999; PEKAREK; DOEHLER, 2001b). É assim que alguns autores que trabalham neste enquadre (Givón, 1992; Chafe, 1994) dedicam uma atenção particular à dimensão intersubjetiva dos processos interpretativos da referência. No *post-scriptum* de seu artigo de 1992, Givón chega até a afirmar que este tipo de modelo é completamente apto a tratar aquilo que ele chama de “discurso colaborativo”. Contudo, a transferência desses modelos para o domínio das interações contextualizadas encontra, como veremos, inúmeras dificuldades, de modo que a própria possibilidade de tal transferência fica muito ainda por demonstrar.

A teoria da contração da atenção

As primeiras estacas desta teoria foram formuladas por B. Grosz e C. Sidner no final dos anos 60. A apresentação que faremos aqui será necessariamente sucinta. As contribuições reunidas em Walker et al. (1998) dão uma boa ideia do estado atual dos trabalhos conduzidos por esse paradigma. Os leitores francófonos podem também se referir a uma publicação recente de *VERBUM* (22/1, 2000), que contém três artigos consagrados a este modelo, com uma apresentação geral redigida por F. Cornish, coordenador do número.

A teoria da contração da atenção (muitas vezes, abreviada como “teoria da contração”) tem por objetivo modelizar as relações entre os processos de contração da atenção dos interlocutores (em particular, a contração sobre os referentes) e a forma de expressões referenciais utilizadas, tentando levar em conta a dinâmica destas relações na continuidade do discurso. Em relação aos modelos anteriores, ela apresenta o interesse de pôr acento nos focos de atenção no discurso e nos correlatos linguísticos que esta dinâmica induz no plano das expressões referenciais, notadamente as anafóricas. Ela visa, então, a um verdadeiro delineamento dos estados de atenção e de sua expressão na linguagem. No início, um dos objetivos era elaborar, para fins computacionais, algoritmos que permitissem simular a interpretação referencial dos pronomes e de outras expressões anafóricas. A noção de contração da atenção, que permite fazer economia de noções especificamente linguísticas, como as de tema, de tópico, de foco ou de outras noções que reenviam à estrutura informacional do enunciado, confere a este modelo uma dimensão psicológica evidente, pela qual ele se distingue também dos modelos concorrentes.

A noção que está no coração deste modelo é a de “centro”. Um centro é um elemento da situação descrito por um enunciado, ao qual este último confere, de algum modo, uma existência psicológica. Um referente discursivo, no sentido habitual desta expressão, é então um centro. Para levar em conta a dinâmica discursiva dos estados de atenção, a teoria da contração distingue três tipos de centro, que podemos interpretar como três tipos de status de atenção:

1. O primeiro é o do *centro potencial*. A maior parte dos enunciados leva a um conjunto de centros potenciais (expressão que utilizaremos para traduzir o inglês

forward-looking centers)¹²³, que correspondem às entidades evocadas por este enunciado via expressões referenciais.

2. O segundo é o do *centro real (backward-looking center)*. Corresponde a uma entidade selecionada, em princípio, entre os centros potenciais de um enunciado *E_{i-1}* e promovido, dentro de um enunciado *E_i*, a um estatuto de saliência particular, comparável àquele que designa normalmente o termo “tópico”. Este estatuto de centro real é tipicamente marcado pelo uso de um pronome ou de uma forma zero. A entidade que tem o estatuto de centro real estabelece, então, uma ligação entre o enunciado em que ele figura e o discurso anterior.

3. Os centros potenciais formam um espaço organizado. Mais precisamente, eles são ordenados segundo a probabilidade de cada um deles de chegar, no enunciado seguinte, ao estatuto de centro real. Aqueles centros potenciais que têm uma probabilidade maior de chegar a este estatuto são chamados de *centros preferidos (preferred center)*; trata-se aí do terceiro estatuto de atenção. A função sintática é um dos fatores que contribuem para predeterminar a posição de uma entidade dentro desta escala ordenada e, portanto, para indicar qual dos centros potenciais é o centro preferido. Sabe-se, por exemplo, que uma expressão referencial que ocupa a função de sujeito sintático confere geralmente a seu referente uma saliência ou uma agentividade particular, aumentando, assim, a probabilidade de ela tornar-se, no enunciado seguinte, e por um tempo, o centro tópico do discurso (portanto, o centro real)¹²⁴. Outros fatores ainda, que não têm utilidade aqui, contribuem para determinar a posição de uma entidade na escala ordenada de centros potenciais.

A teoria da centração não tem por vocação descrever o traçado de atenção de sequências discursivas longas. Os fenômenos que ela busca levar em conta dizem respeito a sequências discursivas que apresentam certa homogeneidade semântica e pragmática, e que são mais frequentemente breves. Estas sequências são chamadas *segmentos discursivos*. As noções de centro preferido, de centro potencial e de centro

¹²³ As expressões utilizadas pelos autores do modelo da centração para etiquetar suas noções indicam claramente as origens computacionais desse modelo. Infelizmente, elas são, por essa razão, dificilmente compreensíveis para o leitor não iniciado. É por isso que não tomamos aqui as propostas de tradução feitas por Cornish (2000), ainda que sejam muito mais fiéis ao texto original.

¹²⁴ Trabalhos de psicolinguística mostraram que esta regularidade estatística induz a uma estratégia interpretativa particular, dita “estratégia de marcação do sujeito” (*stratégie d’assignation au sujet*), que consiste em atribuir aos pronomes, de modo preferencial, e não importa quais sejam suas funções sintáticas, o mesmo referente do sintagma nominal antecedente mais próximo e em posição de sujeito sintático (por exemplo, CRAWLEY; STEVENSON; KLEINMAN, 1990).

real só valem, então, no interior desses segmentos. A modelização que eles dão dos mecanismos de antecipação e de confirmação característicos da dinâmica interpretativa são um dos pontos mais sedutores da teoria da centração.

A partir dos estatutos que podem estar presentes, o modelo descreve vários tipos de transição entre enunciados. Por exemplo, certas transições se caracterizam pelo fato de que o centro real de um enunciado E_i , de um lado, é idêntico a seu centro preferido; de outro, é idêntico ao centro real do enunciado E_{i-1} : falaremos, então, de transição por *continuação* (“*continue*” *transition*). Assim seria o caso do encadeamento (3):

(3) **Il** a ouvert la porte. Puis **il** est sorti en oubliant **sa** serviette. Comme d’habitude.

Ele abriu a porta. Em seguida, **ele** saiu esquecendo **sua** pasta de couro. Como de costume

Um outro tipo de transição é aquele que se caracteriza pelo fato de que o centro real de E_i é diferente do centro real de E_{i-1} e pelo fato de que o elemento que ocupa o centro real de E_i não é, ao mesmo tempo, o centro preferido. Esta transição é chamada *mudança súbita* (“*rough-shift*” *transition*). Esse tipo de encadeamento é ilustrado por (4). Outros tipos de transição são descritos segundo o mesmo princípio:

(4) Puis **il** est sorti en oubliant **sa** serviette, comme d’habitude. Marinette en a profité pour **la** fouiller minutieusement.

Em seguida, **ele** saiu esquecendo **sua** pasta de couro, como de costume. Marinette aproveitou para revistá-**la** minuciosamente.

Os autores da teoria da centração consideram que os diferentes tipos de transição (4 tipos maiores) são ordenados segundo um princípio de *preferências*. Por exemplo, a continuação é preferível à mudança súbita. A noção de preferência tal como é utilizada aqui visa a classificar os encadeamentos discursivos segundo um tipo de escala de aceitabilidade. Uma sequência discursiva é considerada tanto mais “coerente” (assim é o termo utilizado pelos defensores da teoria), e, portanto, tanto mais aceitável, quanto mais sua recepção leva a um percurso de atenção sem mudanças repentinas, em que as ambiguidades referenciais são reduzidas ao mínimo (segundo um princípio de menor

esforço interpretativo). Como vemos, o uso que o modelo da centração faz do termo preferência não tem nada a ver com aquele que fazem os etnometodólogos em análise da conversação (ver, por exemplo, SACKS, 1987). Enquanto, para estes últimos, a noção de preferência é puramente descritiva e visa a levar em conta práticas languageiras efetivas, o modelo da centração faz dela um uso essencialmente normativo. Este princípio de preferência foi criticado dentro da própria teoria. Uma das objeções que ele suscita é que, do ponto de vista tanto do locutor quanto do alocutário, ele supõe um discurso planejado que exclui qualquer improvisação. Só este fato torna o princípio pouco apto a descrever a grande maioria das trocas languageiras ordinárias, como o nota Brennan (1998), e confina a validade praticamente à escrita standardizada¹²⁵.

Observaremos também que a teoria da centração não tem em conta, do mesmo modo, alguns eventos não languageiros que podem ter efeitos referenciais, e que portanto podem contribuir para introduzir centros potenciais ou centros preferidos nos estados de atenção dos interlocutores: eventos ou percepções não traduzidos por palavras, ações comunicativas, que não deixam traços linguísticos (corporais, mímico-gestuais) etc. Atribuindo ao traço textual um lugar quase exclusivo, o modelo da centração compromete gravemente sua aplicabilidade aos dados conversacionais comuns. Por esse prisma, parece concebido à base de uma representação restritiva da realidade do discurso¹²⁶.

Comentários

As abordagens que resumimos muito sucintamente representam a corrente dominante na pesquisa atual de referência discursiva. No que tange à experiência com os dados empíricos, contudo, esses modelos se chocam com vários fatos que eles não podem levar em consideração de modo satisfatório. Há, para isso, inúmeras razões. Uma delas – talvez a mais importante – é que descrevem a formulação da referência como um

¹²⁵ Este autor tenta, numa perspectiva interacionista, reinterpretar o dispositivo que descreve a teoria da centração como um recurso que permite, na oralidade espontânea, realizar estados de atenção conjunta.

¹²⁶ Como outro exemplo de modelo formal que desenvolve uma abordagem dinâmica do discurso, e se inscreve também, portanto, no paradigma que qualificamos como cognitivo-informacional, seria necessário mencionar ainda aqui a DRT, ou *Teoria da Representação do Discurso (Discourse Representation Theory)* (KAMP e REYLE, 1993). Essa teoria tem por objetivo descrever a interpretação sequencial de frases de um texto, como também propor sucessivos estados de informação anteriores. Seus domínios linguísticos prediletos são, assim como para a teoria da centração, a referência, a anáfora e a determinação pronominal. Para uma apresentação geral em francês deste modelo, ver Corblin (2002).

processo principalmente (senão exclusivamente) sujeito à função referencial e seu ambiente cognitivo, quer dizer, às operações de identificação contextualizada do referente. Ora, a escolha de uma expressão referencial pode depender de outros fatores além da acessibilidade do referente visado ou de seu estatuto de atenção real. A própria Ariel (1990) reconheceu esta limitação, e Kleiber (1990a) salientou, com pertinência, que uma das insuficiências do modelo de acessibilidade é que a relação que ele estabelece entre o conteúdo descritivo das expressões referenciais e o grau de acessibilidade de seu alvo leva a ignorar outras funções e outros produtos deste conteúdo. Esta crítica nos parece aplicar-se também ao modelo da centração.

Muitos fenômenos discursivos, que acabamos de evocar brevemente, permitem considerar a medida dessa insuficiência. Alguns podem ser encontrados nos dados que não diferem profundamente daqueles com os quais trabalham os modelos que apresentamos, isto é, os dados essencialmente monológicos escritos. Os outros são mais característicos de dados conversacionais.

No que concerne aos dados monológicos, dois tipos de fatos discursivos, pelo menos, resistem aos modelos cognitivo-informacionais. O primeiro tipo diz respeito ao fato de que os componentes linguageiros não são sempre tão cooperativos quanto predizem tais modelos. Resulta, com efeito, que os locutores dão preferência ao que Leech (1983) chamava de “princípio de economia”, em detrimento do “princípio de clareza”, mesmo que esta preferência se traduza num custo interpretativo alto para o alocutário. É exatamente o que pode se passar quando um pronome é utilizado sem antecedente e de maneira associativa, como no exemplo (2) examinado no começo deste artigo. Certamente, por vezes se diz que esse tipo de anáfora é característico de uma fala não planejada ou “relaxada” (GUNDEL; HEDBERG; ZACHARSKI, 2000). É necessário, todavia, notar que a formulação que (2) apresenta é extremamente característica de um artigo de jornal, de um jogo de linguagem próprio de “notas breves”, de modo que a anáfora indireta contribui para marcar o enunciado como pertencendo a esse gênero textual. Visto deste ângulo, este exemplo aparece como sintomático não de um relaxamento da formulação, mas de uma estilização da expressão com a finalidade de marcação de um gênero textual¹²⁷! Este único fato mostra a que

¹²⁷ Que a seleção de expressões referenciais possa obedecer a uma outra razão que não a de identificação de um referente não tem nada de novo. Há vinte anos, Hinds (1977) havia mostrado, por exemplo, que a formação das anáforas poderia servir para marcar o início e o fim dos parágrafos. Sobre este mesmo fenômeno dentro das narrativas, ver Chafe (1994), que cita daqui mesmo R. Laury. Por outro lado, não

ponto uma análise minuciosa dos dados, e a consideração de fatores contextuais, no sentido mais amplo do termo, podem se revelar decisivas para uma boa compreensão dos fatos observados.

O segundo tipo de fatos que se rebelam contra as abordagens cognitivas informacionais provém do fato de que qualquer expressão referencial, quer seja ou não anafórica, pode estar apta, para o locutor, a comportar informações novas a propósito do referente que ela visa a identificar (MAES e NOORDMAN, 1995; APOTHÉLOZ, 1995; APOTHÉLOZ e CHANET, 1997). Algumas dessas informações podem, por outro lado, dizer respeito não ao referente, mas à relação ou à atitude que um sujeito mantém com esse referente, até mesmo com o destinatário (ALLERTON, 1996). Quando elas concernem à atitude que um outro sujeito, diferente do locutor, mantém com o referente, a operação de referência é qualificada de opaca, desde os trabalhos de Frege (1892) e depois de (QUINE, 1960). A seleção da expressão referencial é, então, motivada não somente pela comunicação da identidade do referente, mas também pela intenção de dar a ela a mesma apreensão que a do outro sujeito. Por exemplo, em (5), a de um personagem numa narração:

(5) [...] il y avait quelqu'un déjà qui était assis là. Tiburius le prit de loin pour une vieille femme comme il s'en trouve toujours d'assises dans les représentations de forêts sur les modèles pour le dessin; il voyait en effet une blancheur dans le sentier, qui lui semblait être un baluchon. Il marcha paisiblement dans la direction de **la chose**. (A. Stifter, *Le Chemin forestier*, 277).

[...] havia um que já estava sentado lá. Tiburius o tomou de longe por uma velha senhora como se encontra sempre sentada nas representações de florestas nos modelos para desenho; ele via realmente uma brancura no caminho, o que lhe parecia ser uma trouxa. Ele caminha vagarosamente na direção **da coisa**.

podemos deixar de nos admirar com o fato de que, em sua pesquisa de uma relação unívoca entre forma e função, a grande maioria dos trabalhos sobre a referência e a anáfora só se prende à descrição de funções ou de resultados *positivos* (quando uma formulação é escolhida em virtude de propriedades que ela tem, e quando não tem formulações concorrentes), em detrimento de funções ou de produtos *negativos* (quando ela é escolhida “na falta de uma melhor”, quer dizer, em virtude do fato de ela não ter algumas propriedades de formulações concorrentes). Sobre esta distinção, que é importante sob o plano pragmático, ver Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999).

A expressão *la chose*, que recategoriza o referente de modo mais vago, visa claramente aqui a restituir a imprecisão sob a qual aparece ao longe, da posição em que se acha o personagem chamado Tiburius, o personagem sentado (ao qual se fez, anteriormente, referência por meio das expressões *quelqu'un* e *une blancheur*). É certo que este efeito de sentido, preparado pela metonímia *une blancheur* e comparável ao que, no domínio do cinema, se qualificaria de “câmera subjetiva”, escapa completamente aos modelos cognitivo-informacionais, que se dão por objetivo apenas simular a escolha da expressão referencial a partir de informações sobre o estado cognitivo dos interlocutores.

Constatamos, assim, que, mesmo que suas predições possam se verificar, pelo menos para certos tipos de *corpus*, estatisticamente examinados, os modelos que apresentamos passam ao largo de fenômenos discursivos que não somente não têm nada de excepcionais, e que estão inseridos no discurso monologal, mas também apresentam mesmo um interesse maior para a semântica e para a pragmática do discurso.

Mas, evidentemente, são os dados interativos que desafiam mais esses modelos. A ideia segundo a qual a escolha das expressões referenciais (assim como sua interpretação) se deixaria explicar em termos puramente referenciais foi seriamente combatida com argumentos por vários trabalhos. Foi assim num estudo clássico inspirado na análise conversacional que Fox (1987) mostrou como o emprego de pronomes à longa distância, na interação face-a-face, se articula de maneira específica na organização sequencial da interação. Uma parte de suas análises recai sobre o emprego de pronomes pessoais para referir-se a um entidade mencionada pela última vez vários turnos de fala antes; ou melhor, recai sobre contextos discursivos para os quais os modelos tradicionais predizem a ocorrência de uma forma nominal “plena”. O autor mostra que a codificação referencial pronominal tem por efeito, frequentemente, nesses contextos, sinalizar para que o locutor retorne a uma sequência discursiva encetada anteriormente e que foi, momentaneamente, abandonada sem, no entanto, ter sido fechada. Fox ilustra, assim, como a escolha de uma forma referencial está, às vezes, configurada para a organização sequencial do discurso-em-interação (por exemplo, para o agenciamento dos turnos de fala) e contribui, em compensação, para expressar essa organização como evidente e inteligível para os interlocutores.

Outros trabalhos estudaram o emprego de SN definidos por anáforas à curta distância¹²⁸. As análises clássicas de Hinds (1977), de Clancy (1980) e de Tomlin (1987) sobre os dados narrativos demonstraram que esses empregos, redundantes à primeira vista (são contrários ao “princípio de quantidade-de-código gramatical” evocado acima, em 2.1), servem para demarcar os episódios ou os parágrafos dentro da narração. Outros trabalhos voltando-se para dados monológicos tanto quanto para dados interativos mostraram que tais empregos se prestam a fins de esclarecimento ou de resolução de ambiguidades, para ênfase ou, ainda, para estilização da expressão (FOX, 1987; MAES e NOORDMAN, 1995). Mais recentemente, pesquisas que se inspiram na análise da conversação permitiram identificar uma nova dimensão funcional desses empregos, ligada à estruturação de atividades recíprocas e à organização da orientação mútua dos interlocutores. Esses empregos têm sido associados, por exemplo, à formulação de um prefácio para uma narrativa e à escolha de um destinatário pertinente (Ford e Fox, 1996), ou ainda à organização de posicionamentos recíprocos (PEKAREK, 1999; ver também LAURY, 2001).

Todos esses exemplos põem fortemente em causa a ideia segundo a qual a identificação do referente constituiria o único eixo funcional da codificação gramatical da referência. Eles mostram que alguns dados empíricos, notadamente aqueles que provêm de contextos interativos, apresentam um verdadeiro desafio para a modelização da referência discursiva em termos de acessibilidade ou de centração da atenção. Esses dados apresentam um certo número de fatos que não podem ser compreendidos por esses modelos e que, todavia, se revelam altamente pertinentes para os processos referenciais. Isto resulta no fato de que a validade dos modelos cognitivo-informacionais parece confinada principalmente a sequências linguísticas monológicas, em particular narrativas, mas de todo modo planificadas, como são a maioria das produções escritas padrão. O uso que a teoria da centração faz da noção de preferência é, por essa perspectiva, completamente revelador de uma privilegiada concordância com os dados “normais”. Mas este é talvez o preço a pagar por qualquer modelo que se proponha a

¹²⁸ A partir de dados provenientes de línguas tipologicamente diferentes (chinês, inglês, japonês, russo e espanhol), Gundel; Hedberg; Zacharschi (1993) formularam a hipótese de que a acessibilidade do referente seria apenas a condição necessária, mas não suficiente, para a escolha da expressão referencial. Esta hipótese convida a lançar a questão de saber o que, além da acessibilidade ou da centralidade do referente na representação mental, pode contribuir para definir essa escolha.

formalizar comportamentos languageiros, especialmente em sua dimensão semântica e pragmática.

Através dos trabalhos inspirados na análise da conversação, começa a vir à luz toda a complexidade da articulação entre os processos referenciais e as estruturas organizacionais da interação social. Consagraremos a sequência deste artigo a esboçar os contornos de uma perspectiva interacionista forte da referência, revendo alguns trabalhos recentes que reivindicam mais ou menos explicitamente esta corrente. O leitor ficará cada vez mais inteirado do quadro conceitual no qual se inscrevem, cada uma a seu modo, as contribuições reunidas neste volume.

Os processos referenciais e a organização da interação social

Os trabalhos que vamos apresentar, agora, quer advenham diretamente da análise da conversação de inspiração etnometodológica – cujas origens remontam à sociologia interpretativa –, quer se inspirem fortemente nela, também se apoiam em abordagens funcionalistas do discurso (através de referências principalmente aos trabalhos de Du Bois, Givón e Hopper).

A abordagem interacionista inspirada na análise da conversação

A gestão de tópicos constitui um objeto clássico da análise da conversação, depois dos trabalhos que foram consagrados a Sacks (1992, publicação póstuma) (ver, por exemplo, BUTTON e CASEY, 1984; SCHEGLOFF, 1990; SCHEGLOFF e SACKS, 1973). Mais recentemente (mas ver SCHEGLOFF, 1972), os processos referenciais e mais particularmente anafóricos suscitaram um novo interesse, principalmente no quadro de investigações sobre a relação entre gramática e interação social. O objetivo dessas pesquisas é explorar as ligações complexas entre uma parte das propriedades e possibilidades do sistema linguístico, e de outro lado a organização social e sequencial da interação (ver, por exemplo, os artigos reunidos em OCHS, SCHEGLOFF e THOMPSON, 1996; FORD, FOX e THOMPSON, 2002; SELTING e COUPER-KUHLEN, 2001; para uma apresentação recente em francês, ver MONDADA, 2001).

Antes de rever alguns trabalhos realizados nesta perspectiva, convém lembrar rapidamente certos princípios de base da análise da conversação. Esta corrente, central

na linguística interacional hoje, interessa-se pelos procedimentos (“métodos”) de que se valem os atores sociais para gerar suas interações cotidianas: como ouvir uma conversação? Como tomar um turno de fala? Como introduzir um tópico? etc. A conversação é considerada aqui como a forma fundamental de interação social, e a análise conversacional se interessa por todos os tipos de interação (conversações telefônicas, conversações entre amigos, trocas profissionais ou terapêuticas etc.). O discurso não é tratado, para isso, como um simples produto textual, dado uma vez por todas e podendo ser analisado como um objeto inerte, produzido por um locutor ou composto de aportes individuais de vários locutores. É, ao contrário, considerado, com os elementos contextuais pertinentes para a interação, como o produto de uma realização *in situ* pelos participantes, através de sua atividade conjunta (cf. GARFINKEL, 1967). Enquanto atividade prática, localmente realizada e sequencialmente organizada, o discurso repousa sobre a orientação mútua dos participantes e sob a negociação contínua de cursos de ações e de conteúdos temáticos. Os processos interpretativos prospectivos e retrospectivos que levam a essa orientação mútua (GARFINKEL, 1967) deixam vestígios na superfície do discurso. Através do estudo microscópico da materialidade do discurso – em suas dimensões segmentais e suprasegmentais (entonação, pausas etc.) -, a análise da conversação busca se colocar mais perto das interpretações que os próprios participantes fazem das atividades nas quais eles estão engajados. O procedimento é, então, decididamente empírico, centrado no desenvolvimento sequencial das interações sociais. Uma primazia absoluta é atribuída aos dados em relação à teorização, o que implica, para o pesquisador, ater-se mais às práticas efetivas dos atores do que tentar prever as ocorrências específicas de fenômenos, linguísticos ou de outros tipos (cf. SCHEGLOFF, 1996, p.471). Daí, também, a recusa em favorecer os fenômenos quantitativamente importantes e generalizáveis na dependência de fenômenos “desviantes”, estes últimos podendo ser significativos do mesmo jeito que aqueles que advêm de padrões mais conhecidos.

É sob a influência da análise conversacional que começa a se desenvolver, a partir dos anos 80, uma abordagem que insiste na natureza colaborativa de processos referenciais (AUER, 1984; GOODWIN, 1995; em uma perspectiva diferente, ver também CLARK e WILKES-GIBBS, 1986) e na sua ancoragem na organização social e sequencial do discurso (FOX, 1987; FORD e FOX, 1996, entre outros). No momento atual, os fenômenos que esses pesquisadores têm posto em evidência, assim como as

reformulações conceituais que resultam disso, constituem indiscutivelmente um desafio maior para as modelizações clássicas, “cognitivo-informacionais” da referência, e abrem novas perspectivas sobre as relações entre os processos referenciais e as interações sociais. Estes trabalhos repousam sobre um certo número de postulados, cujos principais foram assinalados no começo deste artigo (seção 1); esses postulados salientam a natureza emergente e colaborativa dos objetos de referência e seu enraizamento na organização social e sequencial do discurso.

É assim que tomam forma as perspectivas inéditas da referência, pondo em evidência a articulação complexa entre os processos referenciais e a organização social e sequencial do discurso. Novas motivações na escolha dos marcadores referenciais foram, assim, identificadas. Foi também mostrado como essa escolha contribui para criar a organização da interação em curso. Diferentemente da referência, essa escolha parece igualmente ligada à organização de posições mútuas e de estruturas de participação (FORD e FOX, 1996; PEKAREK, 1999; LAURY, 2001), à organização de pares adjacentes de turnos de fala (Fox, 1987) e, de modo mais geral, à organização sequencial de atividades (Pekarek Doehler, 2001b). Num estudo recente, Ford e Fox (1996) estabelecem uma ligação entre a codificação gramatical da referência e a seleção do destinatário. Os autores analisam um excerto de uma conversação na qual um locutor escolhe codificar um referente altamente acessível primeiro por meio de um pronome, mas se corrige imediatamente para redesignar esse referente por meio de um sintagma nominal demonstrativo (*ele tinha, esse cara tinha...*). Ford e Fox mostram como o locutor se vale dessa codificação referencial para dois fins interativos: de um lado, para assinalar uma mudança de atividade, e principalmente a introdução de uma narrativa dentro da conversação; de outro lado, para atrair a atenção de um participante menos implicado na troca e modificar, assim, a estrutura de participação redefinindo os destinatários pertinentes. Os autores mostram também que o processo referencial e seu funcionamento interativo se articulam de modo preciso com as dimensões prosódicas e mímico-gestuais do discurso.

Os resultados deste tipo mostram que os recursos linguísticos tradicionalmente associados à gestão da referência são, assim, utilizados pelos locutores para realizar outros tipos de atividades. Sugerem, por outro lado, que o estudo desses recursos necessita não somente de uma análise das práticas efetivas dos locutores, mas também da consideração dos princípios organizacionais dessas práticas (cujo desenvolvimento

sequencial é um aspecto constitutivo e muitas vezes decisivo). Por esse prisma, as análises reúnem os trabalhos interacionistas que se apoiam em construções sintáticas tradicionalmente associadas à (re)introdução de tópicos no discurso. Essas pesquisas sobre deslocamento à esquerda, notadamente, põem em questão o postulado segundo o qual a utilização desta construção se explicaria de modo satisfatório pelo seu papel na estruturação da informação. Assim, foi demonstrado que o deslocamento à esquerda pode servir de recurso para gerar a alternância de turnos de fala (DURANTI e OCHS, 1979; MONDADA, 1995), para introduzir um contraste (Geluykens, 1992)¹²⁹, para organizar a interação em episódios (idem) ou ainda para manter a preferência pelo acordo na conversação (de FORNEL, 1988; PEKAREK DOEHLER, 2001a).

Como vemos, no lugar de associar sistematicamente as formulações da referência ao estatuto cognitivo dos referentes e à estruturação dos conteúdos discursivos, estes trabalhos os consideram como opções localmente realizadas das atividades sociais (como a da referência), mesmo sendo suscetíveis de ser configuradas, por sua vez, por essas atividades (GOODWIN, 1996).

Torna-se, então, interessante não somente perguntar que restrições pesam sobre as formulações ou sobre as funções que essas formulações realizam, mas também buscar como essas formulações, assim como as atividades práticas das quais elas participam, contribuem para configurar sequencialmente e socialmente a interação (SCHEGLOFF, 1996; GOODWIN, 1995, 1996).

Análise de um exemplo: a anáfora à longa distância

O emprego de pronomes por anáfora à longa distância, fenômeno já mencionado mais acima, dá uma boa ilustração do que já se disse. Constatamos, com efeito, em vários casos, que o que parece superficialmente uma codificação referencial insuficiente pode, na realidade, ser explicado pela organização sequencial da conversação (FOX, 1987; PEKAREK DOEHLER, 2001b). Consideremos, a título de ilustração, um exemplo tirado de uma conversação entre dois amigos (para uma discussão mais detalhada, ver PEKAREK DOEHLER, 2000b):

(6) (SB-A, 729-770)

¹²⁹ Ver também CAIOT (1992), numa perspectiva diferente.

1P: Nathalie asked me about Santa Claus today <

1P: Nathalie me perguntou sobre Papai Noel hoje <

2D: what did she what did she say

2D: O que ela o que ela disse

3P: on the laundromat < she said . mom Santa Claus isn't .. I mean d/ is there a for real Sa/ Santa Claus . I said a for real Santa Claus you mean a man who lives. At the north pole> . she said yeah I said no<... and she said well who are the others ones< I said well they're the spirit of Santa Claus and< . they represent Santa Claus< they they're a picture of Santa Claus

3P: na lavanderia < ela disse . mãe Papai Noel não é... quer d/ existe um verdadeiro Pa/ Papai Noel . eu disse um verdadeiro Papai Noel > você quer dizer um homem que vive no Pólo Norte > . ela disse sim eu disse não<... e ela disse bem quem são os outros< eu disse bem eles são o espírito de Papai Noel e< . eles representam Papai Noel eles eles são a imagem de Papai Noel

4D: they're Santa Claus's agents<

4D: eles são agentes de Papai Noel<

5P: (laughter) they're pictures of Santa Claus. . is my mike on<

5P: (risos) eles são imagens de Papai Noel. . é meu microfone<

6D: unhunh>

6D: hum hum>

7P: oh okay< and

7P: oh OK< e

8D: it sure is you just damn near broke the damn needle there>

8D: é certo que você quase quebrou a porcaria daquela agulha>

⇒ 9P: and the she said . . and then she said well who fills the stockings< . . and I kind of I said . . love fills the stockings<

⇒ 9P: e então ela disse . . e então ela disse bem quem enche as meias< . . e eu de algum modo já disse . . o amor enche as meias<

10D: oh Go:d

10D: oh De:us¹³⁰

Nesta sequência, P conta uma conversa com sua filha, Nathalie, sobre a existência de Papai Noel. Este tema é bruscamente interrompido entre as linhas 5 e 8 em razão de problemas ligados ao microfone. P retorna em seguida ao tema anterior, a saber, sua filha Nathalie, por meio de um processo não acentuado (*she*, linha 9). O que nos interessa aqui é que o emprego deste pronome, ainda que situado a uma distância de muitos turnos de fala com relação à última menção de seu referente, não parece causar nenhuma dificuldade para os interlocutores.

Esta ocorrência de *she* suscita, todavia, algumas questões importantes. De fato, segundo as concepções cognitivo-informacionais, o pronome não acentuado é tipicamente utilizado para referir-se a entidades altamente acessíveis, ou melhor, quer sejam atividades na representação mental do interlocutor e, assim, situadas no foco da atenção, quer sejam inferíveis. É por isso que os pronomes são geralmente considerados como característicos de contextos de continuidade referencial máxima. Portanto, no exemplo citado, três fatos pelo menos são incompatíveis com esta descrição do funcionamento dos pronomes. Em primeiro lugar, a última menção do referente remonta a vários turnos de fala, de modo que o próprio referente não é inferível a partir do discurso que intervém em sua menção pronominal, nem a partir do turno que a precede (Todavia, é evidente que o que é predicado a propósito do referente em questão contribui para sua identificabilidade pelo interlocutor, cf. abaixo). Em segundo lugar, entre as duas menções, um outro referente, a saber, o microfone (e a agulha que se supõe

¹³⁰ Este exemplo é tirado do *Santa Bárbara Corpus of Spoken American English*. As convenções de transcrição foram simplificadas em função dos objetivos da presente discussão:

> entonação crescente
 < entonação decrescente
 . .. pausas mais ou menos longas
 okay cavalgamento de turnos de fala
 : alongamento de uma sílaba

ter no lugar) foi posto no foco de atenção dos interlocutores. Nos termos da teoria da centração, ele ocupa mais exatamente, no começo do turno 8, o estatuto de centro real e preferido. Enfim, a referência pronominal se situa num ponto de ruptura com o discurso anterior, e não no interior do mesmo quadro de referência (ou da mesma sequência discursiva), embora, segundo a teoria da acessibilidade, o referente devesse ser bem mais facilmente recuperável.

Como se explica, então, que uma expressão referencial pronominal possa ser utilizada neste contexto para referir-se a um objeto mencionado pela última vez muitos turnos de fala anteriormente? A questão se torna muito mais importante se considerarmos o fato de que são normalmente os SN lexicais que são tipicamente associados a mudanças de episódios temáticos (CLANCY, 1980; TOMLIN, 1987). Observaremos, sob esta perspectiva, que o modelo da acessibilidade e a teoria da centração contribuem para defender a ideia no mínimo discutível de que a continuidade tópica é a situação do discurso *by default* (não marcada) e que a descontinuidade tópica é a marcada (cf. CORNISH, 1999, 2000, p.17). Portanto, essas discordâncias entre fatos e modelos mostram claramente que uma explicação do processo referencial em termos puramente informacionais não poderia ser completamente satisfatória.

A questão que se precisa resolver sobre o plano de tratamento da referência é, então, a seguinte: como uma entidade pode permanecer acessível (ativa ou no centro da representação mental) ou fácil de ser reativada para além de uma ruptura temática? Ou ainda: pelo que os interlocutores se orientam quando codificam e interpretam a referência pronominal no caso em que a estrutura do discurso não fornece uma base informacional suficiente para estas operações?

Esta dupla questão nos obriga, primeiramente, a salientar que o discurso não é estruturado unicamente em termos de conteúdos informacionais; ele é igualmente estruturado em termos de atividades sociais. Os participantes se orientam, como o diz Schegloff (1990) ao mesmo tempo pelo *'talk-about'* (discurso-conteúdo) e pelo *'talk-that-does'* (discurso-ação). Esta dupla orientação se faz ver através da maneira como o excerto citado se organiza sequencialmente. De um lado, os interlocutores tratam, evidentemente, da interrupção contextual como uma sequência lateral, o que lhes permite manter a continuidade, ao mesmo tempo, daquilo de que eles falam (discurso-

/ interrupção

conteúdo) e da própria atividade de recontar uma história (discurso-ação)¹³¹. Sob este aspecto, o emprego do pronome pode ser interpretado como o signo de um tratamento sequencial específico: ele não apenas retoma um referente mencionado anteriormente, mas também assinala uma ligação com uma sequência anterior; ele muda para baixo (*pops over*) uma sequência intercalada – daí o termo *return-pop* proposto por Fox (1987). Por outro lado, os interlocutores se orientam, evidentemente, por uma organização local de sua atividade de discurso, na qual os turnos de fala de P são os principais vetores da história recontada, essa própria história sendo estruturada ao modo de uma lista, como o indicam as repetições de *I said, she said* da parte de P. É no interior desta organização sequencial específica que a repetição de *said* por P pode constituir um índice importante que contribui para tornar o referente recuperável.

A organização sequencial das atividades e seu ajustamento funcionam, então, aqui como um plano de fundo sobre o qual se configura o processo referencial. A codificação pronominal para além de uma sequência intercalada se torna possível graças à coerência global das atividades (a narrativa conversacional), malgrado a incoerência temática local que poderia provocar (ver, sobre este assunto, SCHEGLOFF, 1990, p.64). O referente de *she* torna-se facilmente recuperável graças à orientação dos interlocutores para o modo como se agenciam sequencialmente suas atividades, e principalmente graças à sua compreensão do que constitui a atividade dominante. Assim, este exemplo é uma boa ilustração do modo como podem se imbricar, na interação social, a organização sequencial das atividades, a estruturação dos conteúdos e os processos referenciais.

O principal ensinamento que podemos tirar desta análise é que a escolha da expressão linguística da referência e sua interpretação pelo interlocutor não estão apenas em função da centração de atenção sobre as pressuposições do locutor quanto à recuperabilidade do referente pelo interlocutor. Parece, ao contrário, que tudo se passa como se esses elementos interagissem de modo complexo com a organização interacional do discurso para definir ao mesmo tempo a formulação da referência e sua interpretação. A análise do exemplo (6) sugere, por outro lado, que a expressão

¹³¹ A ausência de um fecho visível da sequência intercalada (mas ver o *okay* com a entonação descendente de P na linha 7) e de uma nova iniciação de tópico, e até uma reintrodução de um tópico são sintomáticos do fato de que os interlocutores tratam a interrupção não como uma etapa temática substancial de sua conversação, mas como uma sequência lateral que deixa em suspenso o relato conversacional.

linguística da referência pode ser utilizada pelos interlocutores para outros fins que não apenas o de referir (cf. SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 1996). No presente caso, a escolha de uma expressão pronominal permite ao locutor assinalar ao mesmo tempo sua orientação para uma organização específica das atividades em curso e compreender, de um mesmo salto, esta organização.

Gramática e interação social

Observações deste tipo levam a uma posição forte em matéria de processos referenciais, posição que poderíamos formular assim: as escolhas referenciais não fazem apenas indexar as dimensões contextuais do evento comunicativo; elas contribuem também para criar a própria organização deste evento comunicativo (HAUSENDORF, 1995; FORD e FOX, 1996; MONDADA, 1995; PEKAREK DOEHLER, 2000a; ver também SACKS, 1992, e SCHEGLOFF, 1972). Esta tese pode desembocar num novo modo de pensar a relação entre formas linguísticas e funções comunicativas, que põe mais acento na configuração local das escolhas formais, sua articulação com a dinâmica das atividades em curso e sua interação com a organização sequencial e social do discurso.

Este objetivo advém de um empreendimento mais geral que recentemente tomou forma no seio de uma abordagem interacionista da gramática, inspirada ao mesmo tempo na análise da conversação de orientação etnometodológica e, em parte, na análise funcional do discurso. Trata-se, neste enquadre, de estudar como os recursos linguísticos são utilizados pelos interlocutores para fins interativos, e como eles emergem, configuram-se e reconfiguram-se no curso das ações (ver os estudos reunidos em OCHS; SCHEGLOFF; THOMPSON, 1996; FORD; FOX; THOMPSON, 2002; SELTING e COUPER-KUHLEN, 2001). Este empreendimento reúne alguns trabalhos recentes – alguns em outras perspectivas – que buscam compreender o sistema linguístico sob a ótica da interação social (ROULET et al., 2001), ou na perspectiva do discurso como atividade prática (BRONCKART, 1997). Qualquer que seja o quadro teórico de que se valem, estas correntes têm em comum pôr em causa os modelos monológicos da língua que incitam a repensar várias categorias analíticas e conceitos teóricos que advém de abordagens mais clássicas do fato gramatical.

Para evitar qualquer mal-entendido, ressaltemos ainda um último ponto. Da leitura do que precede, o leitor poderia concluir que as teses ou concepções teóricas que foram expostas são ligadas a tipos particulares de *corpus* linguístico e só valem praticamente para eles. Não se trata disso absolutamente. É verdade que a análise de dados interacionais leva inevitavelmente a colocar em aberto fatos novos, funcionamentos pouco frequentes e não imediatamente visíveis em outros tipos de dados; indica apenas que esses fatos e funcionamentos são suscetíveis de ser encontrados em todo tipo de *corpus*, o que compreende a escrita mais padrão. Que o deixar em aberto deve muito a um interesse crescente pelos dados conversacionais mais comuns, isto é evidente. Mas seria um erro pensar que as conclusões às quais eles conduzem só são válidas para este tipo de dados.

As contribuições para este volume

Ronald Geluykens interessa-se pelo modo como os locutores marcam a introdução de um novo referente no discurso. O autor salienta que, nas interações comuns, a referência está necessariamente inscrita na dimensão sequencial da conversação; que ela é, então, um processo gradual que se prepara e se realiza através da mecânica interacional. Disso resulta que ela pode falhar ou ter êxito. Nesta perspectiva, o autor analisa os dispositivos linguísticos postos em prática pelo locutor para anunciar e colocar em relevo a ocorrência de uma nova expressão referencial (por meio de expressões do tipo *quanto a, por outro lado* etc.), dispositivos que ele nomeia como *iniciadores* e para os quais ele elabora um inventário. O autor mostra que os iniciadores exercem um papel importante na negociação da referência e na gestão conjunta dos conteúdos, na medida em que eles chamam a atenção do interlocutor para o fato de que um referente novo vai ser introduzido.

Heico Hausendorf explora o funcionamento interacional das expressões dêiticas do tipo *aquí, nós e agora*. O autor mostra que o locutor, utilizando essas expressões, não faz apenas referir: ele categoriza o outro ou a ele mesmo e torna pertinentes as categorias sociais para e na interação. O autor defende a ideia de que o que se chama comumente de dêixis social não se limita aos fenômenos de polidez tradicionalmente tratados sob esta etiqueta: a dêixis social está, ao contrário, inscrita na própria atividade

de referir na medida em que os locutores, servindo-se de expressões dêiticas, tornam mutuamente manifesta sua compreensão das identidades sociais pertinentes para sua interação. Uma consequência que decorre desta análise é que os referentes, assim como a categorização social, não preexistem ao ato de referência ou à atividade do discurso, mas são construídos através desta atividade.

Ritva Laury se interessa pela ocorrência de expressões referenciais que escapam às predições criadas pela maior parte dos modelos cognitivos da referência. Nesta perspectiva, sua contribuição pode ser como um complemento do que escrevemos neste artigo introdutório. Sua análise leva, mais particularmente, à utilização de expressões indefinidas para a referência a entidades que já foram mencionadas anteriormente no discurso. A partir de exemplos tirados do *Corpus of Spoken American English*, a autora mostra que, na conversação, os processos referenciais não podem ser explicados à base unicamente de critérios cognitivos, como a acessibilidade do referente ou sua centralidade de atenção. Ela ilustra que, ao contrário, esses processos se articulam com a estruturação da interação, assim como com a atividade social sequencialmente organizada, e que eles estão ligados às estruturas de participação e às atividades dos interlocutores tal como emergem no curso da interação.

Partindo de um balanço dos trabalhos realizados em análise da conversação sobre a gestão de tópicos, **Lorenza Mondada** questiona os métodos de que se servem os locutores para organizar tematicamente seu discurso, por exemplo, para introduzir um novo tópico. Suas análises ressaltam, de um lado, o caráter localmente realizado e procedural do tópico; de outro, o modo como se articulam, na gestão dos tópicos, os recursos linguísticos e a organização sequencial da interação. A autora mostra, assim, como a gestão do tópico pode servir de mecanismo para resolver um problema de alternância de turnos de fala e, inversamente, como a gestão de pares adjacentes pode ser usada em proveito do desenvolvimento dos tópicos. À luz dessas análises, a autora argumenta em favor de uma nova concepção de recursos linguísticos sob a ótica de uma gramática-para-a-interação, quer dizer, “uma gramática cuja lógica emergente é compatível com a da organização sequencial da interação”.

Referências

- ALLERTON, D. Proper names and definite descriptions with the same reference, *Journal of Pragmatics* 25/5, 1996, p.621-634.
- APOTHÉLOZ, D. Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle, Genève, Droz, 1995.
- APOTHÉLOZ, D. ; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation, *TRANEL* (Travaux neuchâtelois de linguistique) 23, 1995, p.227-271.
- _____. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora, *Journal of Pragmatics* 31, 1999, p.363-397.
- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: DE MULDER, W., TASMOWSKI-DE-RYCK, L.; VETTERS, C. (éds). *Relations anaphoriques et (in)coherence*. Amsterdam: Rodopi, 1997. p.159-186.
- ARIEL, M. Referring and accessibility, *Journal of Linguistics* 24, 1988, p.65-87.
- _____. *Accessing noun-phrase antecedents*. London: Routledge, 1990.
- AUER, P. Referential problems in conversation, *Journal of Pragmatics* 8, 1984, p.627-648.
- BERRENDONNER, A. Anaphores confuses et objets indiscrets. In: SCHNEDECKER, C., CHAROLLES, M., KLEIBER, G.; DAVID, J. (éds) *L'anaphore associative*. Metz: Université de Metz, et Paris, Klincksieck. 1994, p.209-230.
- BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Décalages: les niveaux de l'analyse linguistique, *Langue française* 81, 1989, p.99-125.
- BRENNAN, S.E. Centering as a psychological resource for achieving joint reference in spontaneous discourse. In: WALKER, M.A., JOSHI, A.K.; PRINCE, E.F.(eds) *Centering Theory in Discourse*. Oxford: Clarendon Press, 1998. p.227-249.
- BRONCKART, J.-P *Activités langagières, textes et discours*. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1997.
- BUTTON, G.; CASEY, N. Generating topic : The use of topic initial elicitors. In: ATKINSON, J.M.; HERITAGE, J. (eds), *Structures of Social Action : Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.167-190.
- CADIOT, P. Matching syntax and pragmatics : a typology of topic and topic-related constructions in spoken French, *Linguistics* 30, 1992, p.57-88.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and points of view. In: LI, C.N. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p.25-56.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (ed.) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p.21-51.
- _____. *Discourse, consciousness and time*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1994.

CHAROLLES M. Identité, changement et référence pronominale. In: KLEIBER G.; SCHNEDECKER C.; TYVAERT J.-E. (éds) *La continuité référentielle*. Metz: Université de Metz, et Paris, Klincksieck. 1997. p.71-95.

_____. Référents évolutifs et évolution de la référence. In: DE MULDER W.; SCHNEDECKER C. (éds), 2001. p.39-99.

CLANCY P. Referential choice in English and Japanese narrative discourse. In: CHAFE W. (ed.) *The pear stories : Cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, N.J.: Ablex, 1980. p.127-201.

CLARK, H.; HAVILAND, S. Comprehension and the given-new Contrast. In: FREEDLE R. (ed.) *Discourse Production and Comprehension*, vol. 1, Norwood, Ablex, 1977. p. 1-40.

CLARK, H.; WILKES-GIBBS, D. Referring as a collaborative process, *Cognition* 22, 1986. p.1-39.

CORBLIN, F. *Représentation du discours et sémantique formelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CORNISH, F. Anaphoric pronouns : under linguistic control or signaling particular discourse representations?, *Journal of Semantics* 5, 1987. p.233-260.

_____. *Anaphora, discourse, and understanding: Evidence from English and French*, Oxford: Oxford University Press, 1999. (Clarendon Press Series)

_____. L'accessibilité cognitive des référents, le Centrage d'attention et la structuration du discours : une vue d'ensemble, *Verbum* 22/1, 2000, 7-30.

CRAWLEY, R.A.; STEVENSON, R.J.; KLEINMAN, D. The use of heuristic strategies in the interpretation of pronouns, *Journal of Psycholinguistic Research* 19/4, 1990. p.245-264.

DURANTI, A.; OCHS, E. Left dislocation in Italian conversation. In:

GIVÓN, T. (ed.) *Discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979. p. 377-416.
 FORD, C.; FOX, B. Interactional motivations for reference formulation: "He had. This guy had, a beautiful, thirty-two Olds". In: FOX, B. (ed.) *Studies in Anaphora*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1996. p.145-168.

FORD, C.; FOX, B.; THOMPSON, S. *The language of turn and sequence*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FORNEL (de), M. Constructions disloquées, mouvement thématique et organisation préférentielle dans la conversation, *Langue française* 78, 1988, p.101-123.

FOX, B. *Discourse structure and anaphora*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
 FREGE, G. (1892) *Über Sinn und Bedeutung*, *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100, 25-50. Traduction française : Sens et dénotation. In: FREGE, G. *Écrits logiques et philosophiques*. Paris: Ed. du Seuil. 1971, p.102-126.

GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1967.

GELUYKENS, R. *From discourse process to grammatical construction*. On left-dislocation in English. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

- _____. Topic continuity in spoken English. In: GIVÓN, T. (ed.) *Topic continuity in discourse* : quantified cross-language studies. Amsterdam: John Benjamins. 1983.
- _____. *Syntax: a functional-typological introduction*, vol. I e II. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- _____. The grammar of referential coherence as mental processing instructions, *Linguistics* 30/1, 1992, p.5-55.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GOODWIN, Ch. The negotiation of coherence within conversation. In: GERNSBACHER, M.; GIVÓN, T. (eds), *Coherence in spontaneous texts*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p.117-137.
- _____. Transparent vision. In: OCHS, E.; SCHEGLOFF, E.A.; THOMPSON, S. (eds) 1996. p.370-404.
- GUNDEL, J. K., HEDBERG, N.; ZACHARSKI, R. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse, *Language* 69, 1993, p.274-307.
- _____. Statut cognitif et forme des anaphoriques indirects, *Verbum* 32/1, 2000, p.79-102.
- HAUSENDORF, H. Deixis and Orality: explaining games in face-to-face interaction. In: QUASTHOFF, U. (ed.) *Aspects of oral communication*. Berlin/New York, de Gruyter, 1995. p.181-197.
- HINDS, J. Paragraph structure and pronominalization, *Papers in Linguistics* 10/1-2, 1977, p.77-99.
- KAMP, H.; REYLE, U. *From discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- KLEIBER, G. Marqueurs référentiels et processus interprétatifs: pour une approche "plus sémantique", *Cahiers de Linguistique Française* 11, 1990a, p.241-258.
- _____. Quand il n'a pas d'antécédent, *Langages* 97, 1990b, p.24-50.
- _____. Référents évolutifs et pronoms : une suite. In: KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; TYVAERT, J.-E. (éds) *La continuité référentielle*. Metz, Université de Metz, et Paris, Klincksieck. 1997. p.115-148.
- KLEIBER, G. *L'anaphore associative*. Paris, Presses Universitaires de France. 2001.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form*. Topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.
- LAURY, R. Definiteness and reflexivity : Indexing socially shared experience, *Pragmatics* 11/4, 2001, p.401-420.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman. 1983.
- MAES, A.A.; NOORDMAN, L.G.M. Demonstrative nominal anaphors: a case of nonidentificational markedness, *Linguistics* 33, 1995, p.255-282.
- MONDADA, L. La construction interactionnelle du topic, *Cahiers de l'Institut de linguistique et des sciences du langage* (Université de Lausanne) 7, 1995, p.111-135.

_____. Pour une linguistique interactionnelle, *Marges linguistiques* 1, <http://www.marges-linguistiques.com>. 2001.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation : une approche des processus de référénciation, *TRANEL* (Travaux neuchâtelois de linguistique) 23, 1995, p.273-302.

MULDER, (de) W. Prolégomènes à une théorie mentaliste des référents évolutifs, *Sémiotiques* 8, 1995, p.109-131.

MULDER, (de) W.; SCHNEDECKER, C. (éds) *Les référents évolutifs*. Entre linguistique et philosophie. Metz: Université de Metz, et Paris: Klincksieck, 2001.

NEF, F. *Le langage, une approche philosophique*. Paris: Bordas, 1993.

OCHS, E., SCHEGLOFF, E.A.; THOMPSON, S. (eds) *Interaction and Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PEKAREK, S. Linguistic forms and social interaction : why do we specify referents more than is necessary for their identification?. In: VERSCHUEREN, J. (ed.) *Pragmatics in 1998*. Antwerp: International Pragmatics Association, 1999. p.427- 448.

PEKAREK DOEHLER, S. Anaphora in conversation: Grammatical coding and preference organization, *U. Penn Working Papers in Linguistics* 7.1, 2000a, p.183-195.

_____. Long distance pronominal anaphora: a grammar-in-interaction account. In: *Proceedings of the Discourse Anaphora and Reference Resolution Conference (DAARC2000)*. Lancaster: University Centre for Computer Corpus Research on Language Technical Papers, vol. 12, 2000b. p.185-196.

_____. Dislocation à gauche et organisation interactionnelle, *Marges Linguistiques* 2, p.177-194, <http://www.marges-linguistiques.com>. 2001a.

_____. Referential processes as situated cognition: pronominal expressions and the social co-ordination of talk. In: ENIKÖ NÉMETH, T. (ed.) *Cognition in Language Use* : Selected papers from the 7th International Pragmatics Conference, vol. 1, 2001b. p.302-316.

PRINCE, E.F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p.222-255.

QUINE, W.V.O. *Word and Object*. Cambridge: Mass., M.I.T. Press. 1960.

REICHLER-BÉGUELIN M.-J. Anaphore, cataphore et mémoire discursive, *Pratiques* 7, 1988, p.15-44.

_____. Faits déviants et tri des observables, *TRANEL* (Travaux neuchâtelois de linguistique) 20, 1993, p.89-109.

_____. (1997), Stratégies référentielles et variation, *Langue française* 115, 1997, p.101-110.

ROULET, E., FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang. 2001.

SACKS, H. [1973] On the preference of agreement and contiguity in sequences in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J.R. (eds) *Talk and social organization*. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p.54-59.

_____. *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell, 1992.

SCHEGLOFF E.A. Notes on a conversational practice : formulating place. In: SUDNOW, D. (ed.) *Studies in social interaction*. New York: Free Press, London: Macmillan, 1972. p.75-119.

_____. On the organization of sequences as a source of 'coherence' in talk-in-interaction. In: DOVAL, B. (ed.) *Conversational organization and its development*. Norwood: Ablex, 1990. p.51-77.

_____. Some practices for referring to persons in talk-in-interaction : a partial sketch of a systematics. In: FOX, B. (ed.) *Studies in anaphora*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p.437-485.

SCHEGLOFF, E.A.; SACKS, H. Opening up Closings, *Semiotica* 8, 1973, p.289-327.

SELTING, M.; COUPER-KUHLEN, E. (eds)) *Studies in interactional linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

TASMOWSKI-DE RYCK, L.; VERLUYTEN, P. Control mechanisms of anaphora, *Journal of Semantics* 4, 1985, p.341-370.

TOMLIN, R.S. Linguistic reflections of cognitive events. In: TOMLIN, R. (ed.) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 454-477.

WALKER, M.A.; JOSHI, A.K.; PRINCE E.F. (eds) *Centering Theory in Discourse*. Oxford: Clarendon Press, 1998.